



ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NAS CONCESSÕES DE RODOVIAS NO BRASIL: O PROBLEMA AGENTE-PRINCIPAL E A CAPTURA REGULATÓRIA

Amanda da Silva Oliveira Martins, Graciela Aparecida Profeta.

A necessidade de melhorar e ampliar a malha rodoviária brasileira impulsionou a delegação das rodovias por meio do mecanismo de concessão, em que o Estado cede à iniciativa privada o direito de explorar economicamente um bem público e em contrapartida as empresas devem exercer a função de provedor deste bem nos padrões pré-definidos. Assim, a agência reguladora atua como intermediadora de conflitos, uma vez que ao transferir à iniciativa privada os serviços de infraestrutura, o Estado envolve três diferentes esferas: o usuário, o investidor e o regulador do mercado, cujos objetivos nem sempre se coincidem. Cria-se, portanto, um ambiente favorável a conflitos de interesses, visto que ações oportunistas dos agentes podem ocorrer, onde a empresa busca maximizar lucros e, por outro lado, os usuários desejam maximizar a satisfação. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi identificar as agências reguladoras de concessões de rodovias no Brasil e analisar como se estruturaram e quais são os mecanismos adotados para garantir a eficiência no setor. A fim de alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica e coleta de informações/dados secundários através dos sites das agências. Além disso, elaborou-se um questionário que foi enviado via correio eletrônico aos gestores/responsáveis pelas agências a fim de obter informações adicionais de como estes órgãos atuam na garantia da eficiência. De maneira geral, ao avaliar informações de sete agências estaduais e uma federal, notou-se que apesar de importante para incentivar a oferta eficiente do serviço de infraestrutura rodoviária, o mecanismo da regulação no Brasil se mostra vulnerável, uma vez que tanto os problemas de risco moral e seleção adversa, quanto à falta de independência decisória e autonomia financeira que permitem a possibilidade de captura regulatória, são características marcantes das agências. Em conclusão, acredita-se que a falta de independência das agências reguladoras além de limitar a atuação destas, constituem aspecto depreciativo da ação regulatória, uma vez que levam à descrença desses órgãos, à ineficiência e à redução da participação privada no setor.

Palavras-chave: Agência reguladora, problema Agente-Principal, eficiência.

Instituição de fomento: FAPERJ